

BASES DA COMPREENSÃO POLÍTICA DO IMPEACHMENT DO PRESIDENTE COLLOR, E SEU SIGNIFICADO PARA DEMOCRACIA

Arnaldo Santos

O estudo de um fenômeno político, mormente quando da complexidade de um *impeachment*, enseja a construção de múltiplas narrativas por parte dos pesquisadores. Assim o é porque os retalhos da realidade recortados pela observação do estudioso, com o respectivo registro, admitem uma certa diversidade. Tal diversidade é devida não só à desigualdade de percepção, mas às bases teóricas com as quais o investigador seleciona o que lhe parece relevante em meio ao que, sempre de acordo com os seus pressupostos teóricos, é considerado por ele como irrelevante.

A pluralidade de narrativas construídas por diferentes pesquisadores resulta ainda das também diversas formas de associação dos dados singulares obtidos ao longo da investigação, de modo a formar um sentido. Além do mais as narrativas padecem necessariamente de um certo caráter fragmentário, porque *ninguém jamais foi suficientemente sábio para contribuir com algo mais do que uma pequena parcela de tudo quanto se sabe sobre política*¹.

Insertas no âmago das narrativas está a compreensão dos fenômenos.

Admitindo-se que a aludida compreensão ou, conforme seja, o discurso explicativo, não alcança um grau de validade suficiente para reivindicar *status* de univocidade científica, o que se pretende é uma narrativa entre outras, o que vale dizer, uma compreensão do fenômeno estudado. Espera-se de um estudo sistemático que seja escoimado de incoerências e ainda que seja dotado de consistência. Finalmente, espera-se que o referido tipo de investigação apresente certa verossimilhança com o que se poderia chamar de razoabilidade.

Este é o problema da validação teórica encarado pelo prisma da pluralidade epistemológica das ciências sociais.

¹ Transcrito de DAHL, Robert. **A Moderna análise política**. Rio de Janeiro : Lidador, 1966, p. 9.

1 - O léxico e a sintaxe da compreensão

O estudo rigoroso, seja qual for o tema, exige, explícita ou implicitamente, a demarcação de conceitos e categorias teóricas. A elaboração teórica de uma rede de conexões entre conceitos e categorias integra um estudo sistemático, ou, mais do que isso, chega a ser a sua própria essência. Assim é a síntese da construção acadêmica, ou da elaboração da narrativa consistente, constitutiva do que se poderia designar sintaxe da interpretação.

Conceituar e articular são os dois grandes desafios que espreitam a atividade de pesquisa. Cada um deles encerra, por sua vez, todo um complexo de desafios.

Os conceitos e categorias pressupõem a observação e o registro, ou consulta às fontes, quer sejam elas primárias ou secundárias, tudo presidido pela razão, ou mais precisamente, por uma certa razão. Fatos, fontes e razões devem ser explicitados como parte do esforço de validação da construção narrativa. A trama constituída pela rede de conexões entre conceitos e categorias teóricas é predominantemente um produto da razão, ou das razões adotadas pelo pesquisador.

As unidades de informação, ao lado dos conceitos e categorias teóricas, constituem a base da trama narrativa, condicionando-a em certa medida, ao mesmo tempo em que por elas são condicionadas, por força da inflexão que sofrem em face da inserção que se lhes atribui na trama aludida, diante da lógica da arquitetura teórica com que se interpreta a realidade. O sentido que os termos adquirem, especificamente em um suporte teórico, representam o *léxico* da pesquisa.

É este sentido que se pretende explicitar, para iniciar o estudo do *impeachment* do Presidente Fernando Collor de Mello.

A classificação é um dos elementos da trama que empresta um certo nexa à narrativa, seja de natureza explicativa, compreensiva, ou até mesmo àquelas havidas por meramente descritivas, é um imperativo da compreensão e da clareza do discurso.

O *impeachment* de um presidente, sob um sistema presidencialista, sem o recurso à violência ou à intimidação, é um fenômeno eminentemente político. Assim também podem ser classificadas a campanha e a eleição presidencial. Cumpre ao narrador explicitar o enfoque ou os enfoques associados que empresta aos acontecimentos, como parte do suporte teórico do estudo apresentado.

Um primeiro passo pode ser o exame do problema da validação de uma compreensão pluralista, que aparece associado à compreensão do fenômeno político, sem que o dito problema da validação perca sua especificidade ou sua natureza epistemológica. Isto é: não obstante a peculiaridade do fenômeno político, a compreensão dos fatos requer um estudo acurado de outras dimensões da narrativa, no que se incluem aspectos históricos, sociológicos e epistemológicos, dentre outros.

2 – O pluralismo e a validação

A compreensão² ínsita à narrativa é a própria expressão do suporte teórico com que o pesquisador intenta adentrar as entranhas do fenômeno estudado, atribuindo-lhe significado específico para os sujeitos da ação política. Refere-se pois à subjetividade. Por isso é adequado ao estudo da ação voluntária. Considera-se aqui o fenômeno político como uma manifestação das mais complexas do mundo real. A ação voluntária dos sujeitos do processo político, porém, merece destaque entre os fatores estudados, considerando-se a referida ação como o fator que faz a diferença entre os fenômenos da natureza e aqueles de caráter histórico-social.

Pertence ao campo da subjetividade a definição de escolhas possíveis no curso dos acontecimentos.

A compreensão expressa o significado da ação para os sujeitos que a praticam. Distinguindo-se dela, a explicação trata das dinâmicas impessoais, quer sejam elas expressas pelo que se considere leis, quer limite-se a traduzir tendências. A explicação debruça-se sobre causas. Causalidade invoca leis, tendências, impessoalidade, determinismo.

Destarte, a explicação pode ser plenamente realizada nas ciências da natureza, pois nestas o objeto estudado não é dotado de ação voluntária, não manifesta

² POPPER, Karl Raymond. **Conjecturas e refutações**. Brasília : UnB, 1982.

subjetividade, ensejando as aludidas explicações nomotéticas. As leis expressam recorrência, necessidade em condições dadas, o que vale dizer: as leis traduzem as dinâmicas marcadamente deterministas, do tipo em que dadas as condições definidas o resultado necessariamente é o mesmo, pela ausência de ação voluntária e da liberdade de ação dos fatores.

A pesquisa social depara-se com tudo que está ausente na sistemática descrita pelas leis. Porque o fenômeno não é do tipo nomotético, isto é, não apresenta o determinismo, a recorrência necessária, ainda que sob condições determinadas. Por isso as ciências sociais encontram na abordagem compreensiva uma metodologia tão adequada às suas investigações.

Recusando a hipótese de que os fenômenos histórico-sociais – dentre eles a política – possam ter natureza nomológica, ou sofrer determinismos, nos termos dos processos impessoais, optou-se, neste estudo, pela abordagem compreensiva. A opção pela abordagem compreensiva não se confunde com a adesão ao voluntarismo sôfrego. Reconhecer a presença e a relevância da subjetividade não implica reduzir o processo político à volição dos sujeitos do citado fenômeno.

Não obstante a legitimidade epistemológica da pluralidade das diferentes narrativas ou formas de compreensão pertinentes a um mesmo fenômeno, cumpre ao analista evitar os riscos de desencaminhar-se por certo relativismo laxista a que alude Karl R. Popper³. Para tanto é mister que se submeta a narrativa citada aos processos de validação do conhecimento.

Um passo inicial para a construção da validação mencionada pode ser a explicitação das suas bases teóricas.

Explicitar as bases teóricas não significa produzir um tratado de epistemologia, ou incorrer-se-ia em desvio de objetivos. O que se pretende é justificar escolhas e esclarecer raciocínios, facilitando o acompanhamento do fio condutor do pensamento com o qual se constrói a narrativa.

³ Popper, Karl Raymond. **Sociedade aberta. Universo Aberto.** Lisboa : Don Quixote, 1987. Ver também Popper, Karl Raymond. **O Conhecimento objetivo.** São Paulo : USP, 1975.

A visualização do referido fio torna-se mais fácil quando é dado ao leitor o conhecimento do *léxico* político adotado, assim como daquilo que aqui se resolveu denominar *sintaxe* da teoria que liga as unidades de observação, unindo-as numa espécie de enredo respaldado por um nexos plausível e consistente. Por esta senda o discurso adquire clareza. Fica evidente o que autor quer dizer com as palavras, com os autores que nomeia.

Trata-se de um esforço de redução da polissemia que acomete a linguagem política. *Verbi gratia*, será Maquiavel um ícone de lucidez ou será ele *maquiavélico*, no sentido pejorativo? Será a palavra liberdade a invocação de um conceito puramente fenomênico, pertinente aos agires e fazeres, ou será uma concepção ontológica, sem a qual o ser estará alienado de sua própria essência?

A validação consiste numa espécie de concurso de idéias, baseado no cotejo entre as diferentes narrativas, com as respectivas explicações ou compreensões. Assim o trabalho do interprete deverá mostrar-se em seus diferentes graus de consistência, pelo que será válido ou não. Pode-se descrever o processo de validação...

... a respeito das teorias científicas, em poucas palavras, dizendo que elas são conjecturas genuínas, altamente informativas, que embora não verificáveis (isto é: passíveis de ser provadas) resistem a testes rigorosos. (...) embora não saibamos, e talvez nunca cheguemos a saber se de fato são verdadeiras ou não⁴.

A validação, posta nestes termos, não tem a pretensão de partir do real, mas simplesmente da percepção do real, com a qual dirige a observação, bem como da valoração atribuída aos fatos, conceitos e categorias teóricas, juntamente com a posição que lhe é reservada na relação de pertinência do conceito, categoria ou fato na trama da narrativa que expressa a compreensão. Tal posição varia conforme o intérprete lhe reconhece ou atribui significado, segundo uma arquitetura teórica que serve de ligamento às partes da narrativa.

A compreensão não pretende expressar a verdade. Simplesmente representa uma narrativa cuja trama exhibe uma certa lógica, apoiada nos fatos elencados ao longo do enredo. A referida lógica - e com ela a articulação que é proporcionada aos fatos - deve ser capaz de oferecer resposta satisfatória aos problemas que lhe sejam propostos. Tal

⁴ POPPER, Karl Raymond. **Sociedade aberta, universo aberto**. Lisboa : Dom Quixote, 1987, p. 142.

não exclui a possibilidade do uso das categorias falso e verdadeiro, mormente no que tange aos juízos de existência contidos na articulação do sentido.

O que escapa ao juízo de falso ou verdadeiro são as relações entre os fatos, vislumbradas pelo autor.

Há um ponto relativamente ao qual se pode firmar juízos de valor sobre a validade da compreensão: é o da coerência dos sentidos atribuídos à ação voluntária dos sujeitos.

Finalmente a crítica à narrativa que se propõe a compreender os fenômenos encontra o seu caminho na avaliação do rigor lógico com que se articulam os fatos na arquitetura do enredo.

Eis a validação pluralista sumariamente descrita.

2.1 A explicitação do discurso e o esforço de validação

Além de esclarecer o uso específico do léxico na compreensão expressa pela narrativa, as considerações teóricas devem deslindar a lógica com que a terminologia aludida é integrada de modo a compor um sentido. A compreensão pode sofrer séria inflexão em decorrência de pequenos detalhes. Tal inflexão deve-se muitas vezes a uma espécie de sintaxe, já referida, que informa o enredo por encarnar a própria lógica da teoria.

A função como que *sintática* dos conceitos e categorias fundamentais ao pensamento político deve ser explicitada para que a validação da narrativa seja aceitável, por mostrar-se escoimada de possíveis obscuridades, paralogismos, falácias, ou até sofismas.

Conhecer a lexicografia e a sintaxe do pensamento político é compreender a teoria que orienta a interpretação dos fatos, situando-a, em certa medida, no contexto de teorias outras, salientando a relação de antagonismo ou o apoio existente entre elas. Nesta espécie de hermenêutica dos signos de que são constituídos os discursos políticos estão presentes aspectos próprios da interpretação histórica, assim como naqueles típicos da hermenêutica sistemática, sem faltar aos aspectos dos escólios literal e lógico.

O inventário sucinto de algumas das principais tradições do pensamento político encerra um exercício do que aqui se designou *sintaxe* do pensamento político. É a racionalidade das grandes vertentes teóricas pertinentes à compreensão e à explicação dos fenômenos relativos a convivência na *polis* e ao exercício do poder. Tal esforço cumpre o mister de atribuir significado aos fatos significantes. O significado assim atribuído constitui o ligamento com que o todo do discurso assume a configuração de um enredo articulado, dotado de um nexos plausível, verossímil e consistente.

2.1.1 - A explicitação do léxico

A compreensão do discurso articulado, ou mais precisamente, da significação atribuída ao conjunto dos fatos observados pela racionalidade da análise depende, por sua vez, dos significados de que estão prenes as unidades de observação, assim como das proposições teóricas singulares. O ordenamento lógico-teórico sofre condicionamentos dos conceitos e categorias teóricas utilizados na análise.

A explicitação dos termos fundamentais à racionalidade da compreensão, bem com a transparência da própria racionalidade empregada na análise, é algo com o que a pesquisa só tem a ganhar. A racionalidade é o referencial teórico da narrativa. Cumpre ao pesquisador proceder ao inventário teórico e lexicográfico que pretende usar.

Por isso incluiu-se nestas considerações teóricas uma espécie de glossário, aqui denominado 'conceitos e categorias fundamentais', referindo-se a palavra 'fundamentais' à articulação da arquitetura teórica desta narrativa. Por isso não se trata exatamente de um simples glossário. Antes constitui uma discussão teórica na qual são explicitados os sentidos em que são empregados, ou os significados que lhe são atribuídos no arcabouço teórico da narrativa.

O Presidente Collor representava uma agenda política liberal⁵, voltada para a globalização da economia brasileira? O que significa no discurso dos sujeitos envolvidos no processo político em estudo cada uma destas palavras? Seria um líder

⁵ Optou-se aqui pelo termo 'liberal', em lugar de 'neoliberal'. O prefixo neo é empregado para expressar uma fórmula artística, política ou de outra ordem que, tendo sido deixada de lado, volta modificada, de modo a distinguir-se da versão anterior. Assim o neo-positivismo, o neo-romantismo distinguem-se de suas formas ancestrais. A onda liberal da atualidade não representa nenhuma modificação capaz de distingui-la do liberalismo clássico, com o seu Estado mínimo.

populista? O que significa tal coisa para os agentes do processo político-social que resultou no *impeachment*?

Antes de responder o que os conceitos políticos significam para os sujeitos da ação, cumpre ao pesquisador demarcar a semântica que as grandes tradições do pensamento político lhes atribui, até para que se possa sopesar as motivações, eventuais manipulações ou possíveis incoerências no discurso, seja do Presidente defenestrado, seja das forças do arco de alianças que o destituiu. Ressalte-se, por fim, que o léxico político brasileiro apresenta grande uniformidade regional, sem inflexões semânticas de lugar para lugar.

2.1.2 – A explicitação do referencial teórico

O esforço de explicitação de conceitos e categorias teóricas, cumulado com a apresentação das teorias pertinentes ao tema e ao problema da investigação pode adquirir dimensões de tal ordem que o inviabilizem ou desviem os objetivos da pesquisa. É preciso que se observem critérios pelos quais a expansão da análise seja limitada e contida nos limites dos objetivos perseguidos.

O critério aqui adotado é simples: o rol de idéias, quer sejam elas proposições singulares ou teorias complexas, melhor dizendo, o rol de conceitos e categorias teóricas, de um lado, e de articulados teóricos de outro, deve limitar-se ao que será empregado na análise a ser feita atendendo assim à condição de ser um suporte à referida análise.

Tal suporte poderá integrar a base do raciocínio, figurando como elemento de infra-estrutura da arquitetura do pensamento. Estarão aí os elementos do léxico teórico-político do discurso. Eles integram o arcabouço da superestrutura do discurso, juntamente com uma espécie de sintaxe, que liga os elementos morfológicos do referido léxico para constituir o sentido da trama, na forma de quadros de referência teórica. Estes são verdadeiras redes de significação pelas quais se constroem a compreensão e a interpretação do mundo.

As grandes tradições políticas constituem as mencionadas redes de significação dos entes significantes. A enumeração e o exame de tais teorias há que ser

limitado pelo interesse da pesquisa, em decorrência do que serão afastadas as teorias cuja pertinência temática escape aos objetivos do presente estudo.

Este rol *ad hoc* limitar-se-á ao exame de duas grandes tradições democráticas, além de incursionar no campo das tradições autoritárias. As duas primeiras são a da democracia direta e a da representativa. Quanto à última, cumpre ao pesquisador distinguir suas facetas diferentes, examinando expressões como bonapartista, populista e outros.

Terá sido o *impeachment* uma demonstração de que o pêndulo da História pende para a democracia participativa? Ou representa uma demonstração de força das instituições representativas? Ou ainda, terá sido um exemplar episódio de controle e manipulação da sociedade, em proporções orwellianas⁶? A resposta a indagações desta ordem exigem a prévia explicitação do que se entende por participação, soberania, cidadania, representação, democracia e todo um léxico do pensamento político subjacente à interpretação.

A seção deste capítulo destinada ao estudo dos conceitos e categorias fundamentais à pesquisa destina-se a esta discussão.

O exame da sintaxe política beneficia-se muito com o estudo simultâneo do léxico empregado pela superestrutura teórica. A demarcação dos conceitos, passando pelo cotejo das diferentes acepções que eles assumem quando integrados às redes de significados das grandes narrativas, e ainda pelo cotejo da compreensão destas grandes interpretações, muito contribui para a clareza e a racionalidade da pesquisa, como dito.

Eis o primeiro passo da análise que aqui se empreende.

A escolha de um rol de conceitos pertinentes ao estudo de um fenômeno não leva a um conjunto pré-estabelecido, não é uma coleção do tipo *numerus clausus*, não tem existência previamente definida pela natureza do objeto de estudo ou por outra razão. Nada impede, porém, que o pesquisador, voltando sua atenção para um certo tipo de esforço teórico, anteveja os elementos que pavimentam a senda a ser trilhada no curso da pesquisa.

⁶ ORWELL, George. 1984. 22^o ed. s/l : Editora Nacional, 1991.

Daí ser oportuno que o pesquisador explicita suas escolhas, conforme se segue.

2.1.3 – As escolhas teórico-metodológicas

O caminho da análise que aqui se empreende é o da compreensão⁷, no que pertine à decifração da política como fenômeno dotado de especificidade própria, integrado, porém, a realidades de diferentes ordens, as quais podem ser referidas como histórico-sociais. Já o léxico e a sintaxe do discurso epistemológico aqui adotado são os do método hipotético-dedutivo, incluído o falibilismo e a validação pelo concurso de idéias, nos termos popperianos já referidos.

Todos os termos aludidos constarão da discussão contida na seção deste estudo denominada conceitos e categorias fundamentais.

A referência política é a democracia, no sentido de uma ordem jurídico-política negociada, marcada pela tolerância, pelas garantias institucionais, exercitada precipuamente pela representação, tendo como atores o Estado, as diversas instituições da sociedade civil, os cidadãos e o povo, ultrapassando-se as considerações de ordem formal para examinar os aspectos materiais do que se entende por democracia, constituídos estes pelo desafio das demandas sociais ligadas ao bem estar material, nos termos propostos por Norberto Bobbio⁸.

Há uma re-introdução do problema epistemológico no âmago do problema teórico.

2.1.3.1 - A validação da síntese teórica

O pesquisador assume o ônus de demonstrar o modo como julga poder compatibilizar referências teóricas aparentemente díspares. A comunicabilidade entre paradigmas distintos, negada por Thomas Samuel Khun⁹, malgrado tratar-se de empreendimento difícil, não é de todo impossível, mormente no momento histórico presente, em que as grandes narrativas que se excluíam mutuamente, havidas como dotadas de pureza teórica, entraram em crise, mostrando-se menos puras do que pareciam.

⁷ No sentido weberiano de compreensão. Ver WEBER, Max. **Economia y sociedad**. 2º ed, México : Fondo de Cultura Econômica, 1984.

⁸ BOBBIO, Norberto. **Teoria geral da política**. Rio de Janeiro : Campus, 2000.

⁹ KHUN, Thomas Samuel. **A Estrutura das revoluções científicas**. São Paulo : Perspectiva, 1982.

As formas complexas de compreensão, com muita frequência, tendo por objeto fenômenos igualmente complexos, incorporam elementos que na sua origem pertenciam a arquiteturas teóricas mutuamente excludentes. Cabe ao narrador explicitar o modo como vislumbra uma relação entre elas e a lógica do ligamento que as une.

A face histórico-social do fenômeno político remete as considerações teóricas aos problemas básicos da análise sociológica, assim como da histórica. A relação entre indivíduos, instituições da sociedade civil e o Estado, bem como a natureza das relações sociais, serão analisadas nas ligadas aos conceitos e categorias fundamentais.

2.1.3.2 - A face histórica do fenômeno político

A compreensão pertinente à dimensão histórica do fenômeno político remete o pesquisador à classificação dos ritmos da história, quando este queira distinguir e classificar os fatores de ordem estrutural daqueles de ordem conjuntural; ou aspectos institucionais e relativamente estáveis, separando-os dos interesses e paixões pessoais e efêmeros.

Os ritmos da história orientam o foco da pesquisa, o que também será ponderado nestas considerações. Existem fenômenos cujas transformações a eles vinculadas transcorrem muito lentamente, por vezes sem que se percebam as mudanças. A cultura é um campo de transformações que muita vez flui com grande lentidão. O *impeachment*, como fenômeno político, comporta, como parte do esforço para compreendê-lo, uma apreciação da cultura política do meio social que lhe serviu de moldura.

A cultura política pertence ao âmbito da longa duração. As transformações culturais processam-se num ritmo cuja lentidão que pode torna imperceptível à sensibilidade dos contemporâneos. Não obstante, em tempos de revolução cultural, transformações podem acontecer, neste campo, no espaço dos sucessos pertinentes ao objeto de estudo aqui enfocado. Cabe ao pesquisador permanecer atento aos ditos aspectos, considerando ainda que não só as transformações culturais interessam ao esforço de compreensão do *impeachment*. Desvendar o significado dos atos e omissões requer uma ponderação do fator cultural. Tal interesse deve circunscrever-se, porém, a um papel adjuvante da análise política, para que não se incorra em desvio de objetivos.

As estruturas jurídico-políticas também apresentam grande capacidade de permanência histórica. A compreensão aprofundada requer um certo cuidado relativo à longa duração. No outro extremo dos ritmos da história encontram-se as transformações rápidas, observáveis quotidianamente, que imprimem à interpretação dos acontecimentos um certo viés jornalístico.

Entre uma e outra, não tão lenta que se confunda com a imobilidade, nem tão célere que se possa circunscrever aos indivíduos, existe um terceiro ritmo. O ritmo intermediário enseja a apreciação da economia, da sociedade, conforme palavras de Rocha¹⁰, segundo as quais...

Há uma história quase imóvel, lenta no seu fluir e na sua transformação, feita não poucas vezes de constantes reiteraões e ciclos incessantemente reiniciados, situados quase fora do tempo. Depois disso há uma outra história, marcada pelo ritmo lento, (...) [próprio das] - economias, sociedades, Estados e civilizaões – que se situa acima do imóvel. Por fim, (...) encontra a História tradicional, não na medida do homem, mas na medida do indivíduo, a história dos acontecimentos.

Os estudos políticos vão além daquela perspectiva do indivíduo, dos acontecimentos associados às personalidades, sem ter que negligenciar o exame do papel desempenhado pelas idiosincrasias pessoais dos personagens em cujas mãos encontrava-se o poder de decisão. Economias, sociedades, Estados e civilizaões integram o elenco dos elementos examinados pela análise política. O *impeachment* do Presidente Collor há que ser compreendido na perspectiva de cada um destes aspectos.

Ressalte-se que a face institucional do fenômeno político está afeta ao ritmo intermediário ou até à longa duração histórica; e o caráter personalista encontra-se expresso nos aspectos contidos nos dados biográficos dos próceres que protagonizaram o episódio.

¹⁰ O texto de Antônio Penalves Rocha – **Tempo histórico e civilização** – integra uma coletânea de textos organizada por Marcos Antônio Rocha, intitulada **Ferdinand Braudel: tempo e História**, editada pela FGV, Rio de Janeiro, 2003. O trecho transcrito foi retirado da página 25. A síntese de Rocha pode ser cotejada com o texto do próprio Braudel, que disserta longamente sobre os tempos históricos em **Escritos sobre a História**, editado na cidade de São Paulo, pela editora Perspectiva, em 1972. A citação indireta aqui adotada deveu-se à opção pela síntese, no que Rocha é inexcedível, devendo-se ainda ao manto de fidelidade que recobre a citação do divulgador relativamente a Braudel. Finalmente, porque o autor de **Escritos sobre a História** não prima pela síntese.

A democracia, nas sociedades antiga e moderna, com destaque para a experiência histórica luso-brasileira, não foge à classificação feita por Rocha, com base em Braudel.

O Estado brasileiro apresenta um ritmo de transformações históricas que corresponde à lentidão do tempo intermediário da classificação do historiador francês. Raymundo Faoro, em **Os Donos do poder**¹¹, refere-se ao Estado patrimonial burocrático, descrevendo em detalhes a sua permanência ou a de seus resíduos através dos séculos, ensejando a visão do mais lento dos movimentos históricos. Tal permanência, ou a dos seus resíduos, na formação histórica aludida, terá tido presença marcante nos acontecimentos que culminaram no alijamento do Presidente Collor do poder? O patriciado, que é como Faoro designa os donos do poder, por certo esteve presente em todo o processo de *impeachment*.

Mas quem é o dito patriciado e que papel exerceu nos sucessos ligados à destituição do Presidente?

Quem é o dito patriciado é uma indagação que será respondida na seção conceitos e categorias fundamentais em que serão explicados, como o nome sugere, os termos fundamentais à compreensão aqui apresentada. Já o papel que tiveram é um problema a ser resolvido ao longo de toda a construção da narrativa.

O tempo intermediário evoca a sociedade civil, com suas instituições, ao lado do Estado. Assim também são evocados o Legislativo; o Executivo; o Judiciário; as Forças Armadas; ao lado de partidos políticos; sindicatos; associações de empresários, com destaque para a FIESP¹² e a FEBRABAN¹³, ou de cunho profissional, como a OAB¹⁴; imprensa analisada como instituição, inclusive ponderando-se as posições da ABI¹⁵; e a Igreja. Todas estas entidades e instituições - integrantes que são do léxico político do *impeachment* -, têm aqui os seus significados inventariados e analisados ao longo da apreciação dos dados coletados, procedendo-se assim à explicitação do referido léxico.

¹¹ Faoro, Raymundo. **Os Donos do poder**. 6ªed, 2 vol. Porto Alegre : Globo, 1984.

¹² Federação das Indústria de São Paulo.

¹³ Federação dos Bancos do Brasil.

¹⁴ Ordem dos Advogados do Brasil.

¹⁵ Associação Brasileira de Imprensa.

Ainda com relação ao aspecto histórico do fenômeno político cumpre salientar que a interpretação dos fatos sofre o impacto direto dos pressupostos históricos. Assim o é porque admitir ou não que o processo histórico seja em larga medida, ou até predominantemente o resultado de conspirações modifica inteiramente a compreensão do objeto pesquisado, conforme a escolha recaia sobre uma ou outra concepção.

Optou-se aqui pela recusa às teorias conspiratórias da história, sem que se exclua por isso a existência de conspirações. Antes pelo contrário: justamente pelo fato de admitir que existem muitas conspirações é que se considerou que nenhuma delas consegue conduzir o curso da História. *Ex vi*, possíveis conspirações referidas pelas fontes deverão ser cuidadosamente examinadas, sem que por isso se aceite que o fenômeno estudado tenha na totalidade da sua expressão política, econômica e social uma natureza eminentemente conspiratória. Ou tal poderá ser uma das conclusões, na hipótese em que as fontes apontem de modo convincente nesta direção.

No entanto a idéia de uma grande conspiração não é uma suposição norteadora dos procedimentos desta pesquisa.

2.2 - Pressupostos da compreensão e da explicação

2.2.1 – Pressupostos antropológicos do pensamento político

A compreensão do fenômeno político tem entre os seus alicerces o pressuposto de homem. O entendimento sobre o significado da racionalidade e da sociabilidade do gênero humano produz impactos do maior significado sobre o pensamento político. Thomas Hobbes de Malmesbury, por exemplo, percebe o homem como um ser essencialmente hedonista, segundo suas palavras:

Este movimento a que se chama appetite, notadamente em sua manifestação como deleite e prazer, parece constituir uma corroboração do movimento vital, e uma ajuda prestada a este. Portanto as coisas que provocam deleite eram, com toda a propriedade, chamadas jucunda (à juvando), porque ajudavam e fortaleciam; e eram chamadas molesta, ofensivas, as que impediam e perturbavam o movimento vital (...) o prazer (ou deleite) é a aparência ou sensação do bem, e desprazer ou desagrado é a aparência ou a sensação do mal.¹⁶

¹⁶ HOBBS, Thomas. **O Leviatã** 2º ed. São Paulo : Abril Cultural, 1979, p. 34.

Nem todos os jusnaturalistas eram hedonistas. Locke, por exemplo, não o era. Não por acaso existem diferentes naturalismos. Por isso o pólo naturalista, o que vale dizer, individualista, ou atomista, nem sempre defende as liberdades, como é o caso de Hobbes, um pensador absolutista e também jusnaturalista¹⁷.

Aprofundando-se o exame dos pressupostos, pode-se ver que o individualismo, em princípio, favorece às formulações políticas democráticas, conforme palavras de Bobbio:

É preciso desconfiar de quem defende uma concepção anti-individualista da sociedade. Através do anti-individualismo, passaram mais ou menos todas as doutrinas reacionárias. Burke dizia: “Os indivíduos desaparecem como sombras; só a comunidade é fixa e estável”. De Maistre dizia: “Submeter o governo à discussão individual significa destruí-lo”. Lammenais dizia: “O individualismo, destruindo a idéia de obediência e de dever, destrói o poder da lei”. Não seria muito difícil encontrar citações análogas na esquerda antidemocrática. Ao contrário, não existe nenhuma constituição democrática, a começar pela Constituição republicana da Itália, que não pressuponha a existência de indivíduos singulares que têm direitos enquanto tais. E como seria possível dizer que são ‘invioláveis’ se não houvesse o pressuposto de que, axiologicamente, o indivíduo é superior à sociedade de que faz parte?¹⁸

O conceito fundamental relativo ao gênero humano, integra-se, pois, justificadamente, a discussão dos pressupostos relativos à sociedade. O pressuposto de homem como animal gregário, ou naturalmente político, tende ao organicismo. Por outro lado, o pressuposto antropológico que adota um gregarismo mitigado, não natural, mas construído, tende a reconhecer e respeitar as garantias democráticas.

Antes, porém, de passar à discussão dos pressupostos de sociedade, cabe registrar que os pressupostos relativos ao que seja homem, na fala dos informantes, como nas fontes em geral, devem ser identificados, para que se possa compreender efetivamente o significado do *impeachment* e a própria noção do que seja sociedade.

¹⁷ A referência ao hedonismo do homem hobbesiano entra aqui apenas como exemplo da diversidade das idéias no âmbito de uma mesma tradição – no caso a jusnaturalista – no cotejo com o pensamento de Locke, que nem é absolutista nem tem como pressuposto antropológico o hedonismo nem a natureza lupina do homem hobbesiano. Ver LOCKE, John. **Segundo tratado sobre o governo**. 2ª ed, São Paulo : Abril Cultural, 1978.

¹⁸ BOBBIO, Norberto. **A Era dos direitos**. Rio de Janeiro : Campus, p.102, 1992.

2.2.2 - Pressuposto de sociedade

As fundações do pensamento político repousam sobre certos pressupostos. As formulações teóricas prescrevem modos de organização e de exercício do poder, circunscrevendo o dito poder a determinados limites. Limitam-se as prerrogativas dos governantes pelo lado das suas atribuições e competências, ou pelo lado das garantias oferecidas aos sujeitos passivos do referido poder. Ou ainda, restringem-se ou ampliam-se as funções de governo por meio de disposições prévias constitutivas de obrigações de fazer ou de não fazer.

As restrições e as franquias dadas aos que governam, juntamente com o processo de escolha dos governantes, guardam estreita relação com os pressupostos do que sejam a sociedade e as relações desta com as suas instituições civis, com os próprios indivíduos e com o Estado.

A concepção de sociedade da Antiguidade clássica é organicista, considerando o homem como algo pertencente à *polis*, constituindo esta a razão de ser da existência daquele. A concepção antípoda ao organicismo é o individualismo. Norberto Bobbio situa as formulações políticas ao longo de um segmento de reta que vai de um extremo ao outro, e associa a democracia, no sentido moderno, à tendência que se aproxima do pólo individualista da concepção de sociedade, conforme suas palavras:

*Numa concepção orgânica de sociedade, a finalidade da organização política é conservar o todo. Nela não haveria lugar para direitos que não só a precederiam, mas que até mesmo poderiam manter-se fora dela, ou melhor, submetê-la à suas próprias exigências. (...) as partes estão em função do todo; numa concepção individualista, o todo é o resultado da livre vontade das partes. (...). Da concepção individualista da sociedade, nasce a democracia moderna (a democracia no sentido moderno da palavra), que deve ser corretamente definida não como o faziam os antigos, isto é, como o “poder do povo”, e sim como o poder dos indivíduos tomados um a um, (...). A democracia moderna repousa na soberania não do povo, mas dos cidadãos. O povo é uma abstração, que foi freqüentemente utilizada para encobrir realidades muito diversas. Foi dito que depois do nazismo a palavra *volk* tornou-se impronunciável. E quem não se lembra que o órgão oficial do regime fascista se chama ‘Il Popolo d’Italia’?¹⁹*

¹⁹ BOBBIO, Norberto. **A Era dos direitos**. Rio de Janeiro : Campus, 1992, p. 119.

A compreensão do *impeachment* do presidente Collor poderá expressar versões distintas, conforme o informante ou o pesquisador esteja situado mais próximo do pólo individualista ou do organicista, em seu pressuposto de sociedade e das relações dos indivíduos e das instituições da sociedade civil com a sociedade em sua totalidade, e com o Estado que supostamente a representa ou deve representar.

A idéia de democracia participativa, direta, parece guardar uma certa afinidade com o pressuposto organicista de sociedade. A participação tende a ser colocada juntamente com um forte sentimento de dever e com propostas de mobilização. E a mobilização tende a invocar um certo sentimento de solidariedade. Por via desta os que sublinham a participação e a mobilização aproximam-se de modo significativo do organicismo.

Os “cara-pintada²⁰”, os adesivos “fora Collor²¹”, que se multiplicaram por todo o Brasil, as passeatas e comícios que reuniram multidões, expressaram uma ampla mobilização da sociedade. E expressaram um certo grau de participação, restando discutir, compreender e qualificar a dita participação, qualificando-a segundo a natureza do fenômeno político-social que ela representa.

O Congresso Nacional, ou mais precisamente, a Câmara dos Deputados, quando aceitou o pedido de abertura do processo de *impeachment*, e o Senado Federal, quando condenou o Presidente no processo que aí foi autorizado, terão agido sob a influência de esmagadora pressão da opinião pública?

Seria isso participação? Seria tal participação, seja qual for a qualificação que se lhe atribua, expressão de uma autonomia legitimamente cidadã, ou democrática, ou representaria antes uma perigosa forma de controle das massas?

²⁰ Designação dada pela imprensa aos estudantes, inclusive e talvez predominantemente do curso fundamental, que saíram às ruas com os rostos pintados de verde e amarelo, num simbolismo evocativo da pintura de guerra dos índios e do patriotismo representado pelas cores verde e amarela. As ditas manifestações tiveram um caráter algo festivo.

²¹ Adesivos colados nos carros por todo o Brasil, com os dizeres *fora Collor*, e com duas listas em cores verde e amarela. A campanha pelo afastamento do presidente revestiu-se de nítido apelo patriótico, ao lado do argumento moral, de combate à corrupção. O patriotismo pode ter resultado de uma reação contra agenda de adesão sôfrega à globalização, à desestatização e à desregulamentação da economia, pelo governo do Presidente destituído; enquanto o apelo moral aparece nitidamente associado às denúncias sobre verbas de campanha, à corrupção passiva, à concussão, e à advocacia administrativa já no exercício do governo, que ensejaram a condenação do Chefe do Executivo, pela Câmara Alta, por crime de responsabilidade.

A pressão exercida sobre o Congresso, representa um momento democrático, próximo da concepção de democracia direta, ou significa uma perigosa experiência de intimidação das instituições democráticas pela via da provocação de uma verdadeira comoção social?

A participação em estudo será democrática ou antidemocrática conforme se julgue que a participação foi uma manifestação de cidadania, ou que houve uma manipulação e um comprometimento das instituições democráticas.

Seriam mobilização e participação algo que deva lembrar organicismo? O próprio fato de que foram a ABI e a OAB que formalizaram o pedido de abertura do processo político, seria um indicativo de mobilização da sociedade? Ou seria uma usurpação das funções do Congresso por instituições corporativistas? Teriam as duas instituições da sociedade civil agido sensibilizadas pela ampla mobilização da sociedade? Ainda que tal mobilização tenha expressado uma forma de participação livre, autônoma e consciente dos cidadãos, ela não poderia ameaçar a segurança jurídica das instituições, levando-as a agir sob a influência de informações divulgadas, sem uma apuração, com uma defesa ampla e todo o devido processo legal?

Ou terá havido, de fato o devido processo legal, com ampla defesa e todos os requisitos de direito, sem que as instituições tenham sido pressionadas pela comoção, ou sem que tal comoção tenha sido artificialmente criada? Ou ainda, a pressão exercida sobre as instituições poderia ser legítima, malgrado os interesses particularistas e corporativistas subjacentes a ela?

Isto é: foi tudo uma expressão democrática ou a democracia saiu arranhada?

A resposta pode ainda ser uma síntese das antíteses. Restaria então avaliar o quanto houve de interesses particularistas ou corporativos; e o quanto houve de representatividade da cidadania. Segue-se a isto a busca do reconhecimento dos grupos sociais que exerceram as pressões ou a ela foram receptivos.

Sintetizando: a mobilização e a participação expressaram autonomia ou manipulação? Reforçaram a democracia e o Estado de Direito ou atentaram contra ele?

Esconde-se aí a discussão sobre democracia direta e representativa, inseparável da discussão sobre a precedência do indivíduo face à sociedade ou o inverso, a ser exposta oportunamente.

A idéia de uma sociedade fundada na individualidade tende a uma certa permeabilidade ao exercício da democracia representativa. Considera que o voto, na cabine eleitoral indevassável, destina-se a escolher representantes. Segue-se uma tendência para a desmobilização, delegando-se aos representantes a condução dos negócios da polis.

Mobilização, participação, patriotismo, moralidade administrativa, tudo isso integra, necessariamente, o discurso dos informantes a serem ouvidos e o farto material jornalístico a ser examinado, juntamente com os arquivos do Congresso Nacional. Mobilização e participação podem invocar organicismo. Resta saber o quanto. Patriotismo, em certa medida, representa um passo na direção do pólo organicista, por invocar uma totalidade, uma coletividade, não a individualidade.

Resta o exame da moralidade administrativa. Moral pode representar uma alusão às questões de foro íntimo, apontando na direção da individualidade. Quando posta em termos de moralidade pública, ou administrativa, a referência que se coloca é a do interesse coletivo.

Cumpre esclarecer a posição política, na tradição brasileira, entre os dois pólos.

O positivismo e o materialismo histórico sucederam-se na hegemonia das idéias, nos meios intelectuais brasileiros. Aquele na primeira metade do século vinte, este na segunda metade do citado século. Um certo cientificismo impregnou o pensamento político em ambos os momentos do pensamento político da nossa *intelligentsia*. A tendência dos intelectuais brasileiros para sentirem-se demiurgos da nacionalidade, da consciência, ora da pátria, ora das camadas sociais mais amplas²², parece integrar o ritmo lento da História, constituindo uma manifestação da longa duração de que fala Braudel, presente em todos os momentos da vida intelectual do País, independentemente da vertente teórico-metodológica que esteja em voga.

²² Ver MORAES, R. ANTUNES, R. FERRANTE, V. **Inteligência brasileira**. São Paulo : Brasiliense, 1986. Ver também PECAUT, Daniel. **Os Intelectuais e a política no Brasil**. São Paulo : Ática, 1990.

Entender o significado do *impeachment* para os informantes, os articulistas de jornal, assim como para os historiadores e demais analistas, quando da consulta às fontes secundárias, requer o desnudamento do pressuposto de sociedade subjacente ao discurso. Não apenas a posição relativa ao organicismo e ao individualismo, o que vale dizer, a uma visão de sociedade como uma forma de associação comunitária, na qual os indivíduos pertencem à sociedade; ou como uma associação societária, na qual a sociedade pertence aos indivíduos.

É preciso que se saiba também se os fenômenos sociais são vistos pela fonte como meros reflexos da economia. O reducionismo econômico tende a superestimar a influência dos grupos econômicos, juntamente com uma certa tendência para subestimar as instituições jurídico-políticas.

Não significam as considerações sobre o reducionismo econômico, que o pesquisador negligencie ou despreze o papel dos grupos financeiro, industrial, sindical, ou outros interesses materiais organizados ou não. O que se cogita é de sopesar as informações obtidas considerando, no caso, o possível viés economicista do informante.

É preciso ainda que se verifique a existência de outros determinismos ou reducionismos.

Serão os fenômenos sociais, na visão da fonte, reféns das fórmulas jurídicas, no sentido de considerar tais instituições uma constrictão ao exercício pleno da democracia? A ênfase nos aspectos materiais do fenômeno político, em detrimento dos aspectos formais, de natureza jurídico-política, pode comprometer a intangibilidade das instituições democráticas. Assim, uma fonte que subestime os aspectos formais da democracia poderá relatar como democrático o *impeachment* sem atentar para possíveis lesões às instituições jurídico-políticas da democracia. Uma outra fonte que manifeste preocupação com a mobilização da sociedade em detrimento das instituições, ou com uma possível lesão aos princípios do devido processo legal, da ampla defesa, da presunção relativa de inocência, pode considerar todo o fenômeno político e social como uma forma de intimidação das instituições democráticas.

A posição do informante quanto aos pólos organicista ou individualista diz pouco sobre os seus pressupostos de sociedade. Observadores situados

mais ou menos do mesmo lado entre os pólos citados podem ter visões distintas do fenômeno político, conforme visualizem as relações entre o fenômeno político e o econômico, o cultural, o jurídico e tantos outros. Cabe ao pesquisador esforçar-se por vislumbrar as conexões contidas – o mais das vezes de modo implícito - no discurso dos informantes e dos atores da cena histórica.

4 - BIBLIOGRAFIA

ALBERTONI, Ettore. **Doutrina da classe política e teoria das elites**. Rio de Janeiro : Imago, 1990.

ANTUNES, George Thompson. **Novo dicionário internacional de biografias**. São Paulo : Nobel, 1999.

BLONDEL in OUTHWAITE, William; BOTTOMORE, Tom e col. **Dicionário do pensamento social do século XX**. Rio de Janeiro : Zahar, 1996.

BOBBIO, Norberto. **A Era dos direitos**. Rio de Janeiro : Campus, 1992.

BOBBIO, Norberto. **Teoria geral da política**. Rio de Janeiro : Perspectiv

BRAUDEL, Ferdinand. **Escritos sobre a História**. 2º ed, São Paulo : Perspectiva, 1972.

CAMPOS SALES, Manuel Ferraz de. **Da Propaganda à presidência**. Brasília : UnB, 1983.

CHARLOT, Jean. **Os Partidos políticos**. Brasília : UnB, 1982.

DAHL, Robert. **A moderna análise política**. Rio de Janeiro : Lidador, 1996.

D'ARAÚJO, Maria Celina; e CASTRO, Celso (Org.) **Ernesto Geisel**. 4º ed, Rio de Janeiro : FGV, 1997.

DUARTE, Geraldo. **Dicionário de administração**. Fortaleza : UFC, 2002.

FAORO, Raymundo. **Os Donos do poder**. 6º ed, 2 vol. Porto Alegre : Globo, 1984.

FAUSTO, B ORIS. **História do Brasil**. 5º ed, São Paulo : USP, 1997.

HOBBS, Thomas. **O Leviatã**. 2º ed, São Paulo : Abril cultural, 1979 (Os Pensadores).

KUHN, Thomas Samuel. **A Estrutura das revoluções científicas**. 3º ed, São Paulo : Perspectiva, 1982.

- LOCKE, John. **Segundo tratado sobre o governo**. 2º ed, São Paulo : Abril Cultural, 1978 (Os Pensadores).
- OPPO, Anna in BOBBIO, Norberto e col. **Dicionário de política**. Brasília : UnB, 1986.
- a, 1982.
- MILLS, Carl Wright. **A Elite do poder**. 4º ed, Rio de Janeiro : Zahar, 1981.
- MORAES, R.; ANTUNES, R; e FERRANTE, V. **Inteligência brasileira**. São Paulo : Brasiliense, 1986.
- ORWELL, George. **1984**. 22º ed, s/l : Editora Nacional, 1991.
- PECAUT, Daniel. **Os Intelectuais e a política no Brasil**. São Paulo : Ática, 1990.
- POPPER, Karl Raymond. **Conjecturas e refurações**. 2º ed, Brasília : UnB, 1982.
- POPPER, Karl Raymond. **Sociedade aberta. Universo aberto**. Lisboa : Dom Quixote, 1987.
- POPPER, Karl Raymond. **O Conhecimento objetivo**. São Paulo : USP, 1975.
- ROCHA, Antônio Penalves. Tempo histórico e civilização in ROCHA, Marcos Antônio. **Ferdinand Braudel: tempo e História**. Rio de Janeiro : FGV, 2003.
- SANI, Giacomo in BOBBIO, Norberto e col. **Dicionário de política**. Brasília : UnB, 1986.
- SCHLEICHER, Charles P. in SILVA, Benedito (Coord.). **Dicionário de ciências sociais**. Rio de Janeiro : FGV, 1986.
- TAVARES, José Nilo in SILVA, Benedito (Coord.) **Dicionário de ciências sociais**. Rio de Janeiro : FGV, 1986.
- WEBER, Max. **Economia y sociedad**. 2º ed, México : Fondo de Cultura Econômica, 1984.